Domingo, 2 de janeiro de 2022

Servidores públicos de todo o país prometem greve unificada para início de 2022

Na semana passada, ao incluir apenas as carreiras policiais na Lei Orçamentária de 2022 para reajuste salarial, o governo do presidente Jair Bolsonaro (PL) “declarou guerra aos servidores públicos federais que não usam farda”. Desde então, movimentos sindicais de todo o país estão promovendo assembleias e reuniões para discutir paralisações que culminarão com uma greve geral unificada de todos os servidores públicos do país.

Informações do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) apontam que os servidores federais tiveram 50% de perda salarial e não tiveram reajuste nos últimos cinco anos.

As queixas contra a reserva de R\$ 1,7 bilhão no Orçamento para beneficiar policiais atingiu diversos setores do funcionalismo, incluindo servidores de áreas como previdenciária, tributária, de saúde, de diplomacia, de política monetária e do Ministério Público.

“Nós do Sindsprev-PE consideramos esse aumento só para as carreiras policiais como uma afronta e um desrespeito a todos os outros servidores públicos. Não é que os policiais não mereçam. Pelo contrário. Mas nós sofremos os mesmos problemas, temos sofrido com a inflação que corrói nossos salários e não temos reposição salarial há cinco anos. Nós estamos indignados. O problema foi essa segmentação”, defendeu o coordenador geral do Sindsprev-PE, Luiz Eustáquio.

Os posicionamentos se somam ao movimento iniciado na Receita Federal, em que os servidores aprovaram indicativo de paralisação de atividades, operação padrão na aduana, meta zero (quando atividades não são completadas) e deixar de fazer o preenchimento de relatórios gerenciais.

Os pedidos de exoneração na Receita chegaram a 635 e, agora, atingem o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf), que perdeu 44 dirigentes. De acordo com o Sindicato Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil (Sindifisco), o Brasil tem 7.950 auditores, sendo 6.071 analistas e 2.938 em funções comissionadas, ou seja, que não são servidores de carreira.

Os pedidos de dispensa dos cargos de chefia não significam que os servidores abandonaram a carreira. Apenas o posto de comando fica vago, o que significa a paralisação, no caso do Carf, de diversos julgamentos de recursos analisados pelo órgão. Em nota, o sindicato da categoria anunciou que pode culminar na paralisação completa dos servidores.

Na última quarta, diversas entidades sindicais, entre elas o Sindsprev-PE, declararam que poderão ocorrer paralisações nos dias 18, 25 e 26 de janeiro e até mesmo uma greve geral, sem prazo para terminar, a partir de fevereiro. Mas a nossa estratégia é tentar uma negociação por reajuste nas duas primeiras semanas de janeiro. Para a paralisação e para a greve são necessárias aprovações em assembleias de sindicatos.

Outras estratégias serão colocadas em prática, para elevar a pressão contra o governo. As entidades prometem continuar a entregar seus cargos de chefia em diferentes órgãos da administração pública.

Outras carreiras do Executivo federal começaram a se queixar do aumento previsto para policiais. Entre elas estão os funcionários do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) e do BC (Banco Central), além de peritos médicos e auditores agropecuários. Fábio Faiad, presidente do Sinal (Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central), disse que 500 cargos de chefia podem ser entregues a partir de 3 de janeiro.

Essa tática, que já vem sendo praticada pelos auditores fiscais da Receita Federal e, se for generalizada para outras categorias, poderá impactar a prestação dos serviços públicos.

Os servidores públicos também devem ingressar com ações na Justiça para a obtenção do mesmo reajuste salarial dado aos cerca de 45 mil policiais da esfera federal. A maior parte dos servidores públicos federais está com salário defasado em 27,2% devido à falta de reajuste, que não é implementado desde 2016.

As ações pretendidas pelos servidores preocupam o governo Bolsonaro, sobretudo, porque 2022 é ano eleitoral. O ministro Paulo Guedes, titular da Economia, já disse em mensagens encaminhadas a membros da atual gestão que o país pode quebrar se um reajuste amplo for concedido às categorias do funcionalismo federal.

“Nos últimos dois anos, especialmente os servidores da saúde e da previdência, temos nos sacrificado além do dever devido à pandemia da Covid-19. E não fomos sequer reconhecidos na peça orçamentária de 2022. Em nossa avaliação, entendemos que existe espaço orçamentário para contemplar uma recomposição salarial para todas as categorias de servidores, que consiga ao menos cobrir as perdas inflacionárias”, declarou Eustáquio.

A direção do sindicato manterá todos os filiados informados sobre as próximas movimentações.